



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, na sala 97 do 4º andar do Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – Brasília/DF, iniciou a 9ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente do CIF, Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, cumprimentou todos os presentes e deu início aos trabalhos com a leitura da pauta da reunião, dispensando a leitura da Ata anterior. O secretário executivo do CIF falou das Câmaras Técnicas que ainda faltam ser plenamente constituídas, a CT da Saúde realizou reunião no dia sete do mês corrente em Minas Gerais, com informe sobre a escolha do coordenador e suplentes. Por fim, informou que a CT Indígena é a única que não está operando normalmente. Em seguida, a coordenadora da CT SHQA iniciou apresentação da câmara técnica, já dando início aos relatos sobre as Câmaras Técnicas, conforme previsto em pauta. No dia dois de dezembro foi a última reunião extraordinária da CT, que culminou no Ofício enviado ao CIF, especificamente sobre a última reunião do CIF (8ª reunião ordinária), na qual o CIF deliberou pela revisão dos critérios para destinação dos recursos do Programa de Saneamento. No dia primeiro do mesmo mês, houve reunião da ANA com o Ministério das Cidades e a FUNASA, onde foram definidos alguns encaminhamentos e a minuta do cronograma que será apresentado. No dia cinco de dezembro, foi elaborado o Ofício nº 41/2016, com demandas da CT SHQA ao CIF, ressaltando que as CT's são órgãos consultivos e que recebem demandas formais do CIF, que devem ser registradas em atas de reuniões. No dia seis de dezembro, finalizou-se a proposta de cronograma de trabalho ao CIF. Apontou que o CIF não acatou a NT 04 que versava sobre os critérios para recebimento dos recursos destinados no ano de 2016 (cinquenta milhões de reais). Ressaltou que a NT 01, elaborada com base nas sugestões de critérios colhidas no Terceiro Fórum dos Prefeitos da Calha do Doce, originando a Deliberação 21, na qual o CIF delegou à CT os dois chamamentos a todos os Municípios da área ambiental 2. O primeiro chamamento sobre esgotamento foi respondido por vinte e seis dos trinta e nove Municípios envolvidos. O segundo chamamento sobre a destinação dos resíduos sólidos, também foi feito via Ofício-Circular. Dentre os requerimentos ao CIF, visto que a Ata da oitava reunião ainda não foi finalizada, a CT requer que seja formalizada a decisão do CIF com relação à Deliberação 21, se esta será revogada total ou parcialmente. Aponta-se a necessidade de dar publicidade dessa decisão a todos os Municípios, podendo ser via Ofício da CT através de delegação do CIF. Ademais, faz-se necessário decidir sobre a revisão de critérios, se a divisão do montante continuará sendo de noventa por cento para o esgoto sanitário e dez por cento para a destinação dos resíduos sólidos, e se a divisão do teto per capita será mantida. Presidente fala sobre a necessidade de que novos ofícios sejam enviados aos Municípios avisando sobre a decisão do CIF, uma vez que foram realizados dois chamamentos públicos. Em seguida a CTSHQA apresentou a nova proposta de plano de trabalho para o ano de 2017. Projeções de eventos em janeiro, fevereiro e março do próximo ano. Ressalta que a CT não apresentará novas minutas de deliberação ao CIF, mas sim a simulação dos cenários para decisão. Ao final da apresentação, reforça a proposta acerca do que será revogado na Deliberação 21, junto com a proposta do novo cronograma. Em seguida, o representante do Estado Espírito Santo, João Coser, discorre no sentido de que não são necessárias muitas revisões do cronograma, visto que há proximidade do consenso entre os Estados, mas que há receio de que o cronograma seja vagaroso, pois somente no final de março será apresentado, sendo aprovado em abril e a contratação ocorrerá somente em maio, o que gerará dificuldades, pois até fazer projetos e licitar, durará cerca de seis meses. O representante do CBH-Doce, inicia sua fala destacando que hoje as informações são muito maiores, melhores e mais atualizadas, permitindo um

[Assinatura]

52 avanço responsável e com mais segurança e possibilitando a celeridade. Enaltece o Fórum de
53 Municípios da calha do Doce, onde se buscou consenso por não haver quórum suficiente. A
54 inclusão de Ipatinga dividiu os municípios, pois já possuía o esgoto totalmente tratado. Esse
55 processo não pode ser de disputa entre municípios, mas de união e confiança, de construir
56 entendimentos, que seriam os critérios. Propõe o ajuste do cronograma para próximo encontro, a
57 fim de se definir os critérios, visto que a definição desses critérios não está na pauta de hoje. Aponta
58 nova preocupação, referente ao repasse do repasse de recursos aos Municípios. O repasse integral,
59 como previsto no acordo, pode causar problemas, pois não é realizado conforme acompanhamento
60 do andamento das obras. Assim, para que não haja surpresas futuras, deve haver mecanismo de
61 controle dos repasses, combinado com as execuções das obras. Em seguida, representante da
62 SECIR/MG, comenta sobre reunião com prefeitos na última segunda-feira, quando foi apresentada
63 contraproposta alternativa quanto ao critério per capita para repasse dos recursos, e críticas ao
64 cronograma considerado extenso. Presidente diz ser inviável a supressão da análise da proposta pela
65 CT, mesmo com consensos entre os prefeitos. Pode-se reduzir o cronograma, mas propostas de
66 critérios devem ser analisadas pela CT. Assim, há a possibilidade de redução do cronograma,
67 ressaltando que em janeiro serão empossados novos prefeitos que também devem ser ouvidos.
68 Próximo inscrito, Tarcísio, representante dos Municípios de MG, pondera que o valor a ser
69 repassado foi alterado e que de quinze de dezembro a quinze janeiro será um mês sem avanços pela
70 mudança de gestão. O Fórum de prefeitos será importante para equalizar informações com os novos
71 prefeitos, pois haverá troca de governo na maioria dos Municípios. Municípios devem rever
72 projetos. Cronograma não é tão longo quanto parece. Próxima inscrita, representante da
73 SEMAD/MG, fala sobre a difícil discussão técnica relativa aos critérios com as prefeituras. A
74 FEAM realizou estudo sobre o esgotamento da Bacia do Doce e desenvolveu índice estadual de
75 esgotamento sanitário municipal (IESM). Levantamento aponta a situação atual, o grau de
76 esgotamento e o grau de tratamento dos esgotos sanitários. Dois relatórios que serão encaminhados
77 à CT, nos quais, dentro do cenário, a FEAM apontou a cota relativa a cada município. Assim, a CT
78 deve analisar esse documento, reavaliando os critérios da Deliberação 21, que não devem ser
79 totalmente descartados, pois alguns critérios ainda se aplicam. Somente o calendário de 2016 não se
80 aplica mais. A seguir, a representante do IEMA/ES, aponta que a Deliberação 21 não deve ser
81 totalmente desprezada e ainda está vigente, com validade e segurança jurídica. Os prefeitos devem
82 ser ouvidos em momento posterior. São trinta e nove municípios e a verba total é de quinhentos
83 milhões de reais, sendo que todos os municípios devem ser contemplados. Existe a necessidade de
84 redução da emissão de resíduos orgânicos no rio. A Presidente acha que é pouco dinheiro para cada
85 município, se dividido entre cada um, perguntando se não seria melhor um programa mais amplo
86 abrangendo todos, por um resultado melhor. Destaca que pode-se aproveitar o trabalho da
87 Deliberação 21, mas que esta deve ser revogada devido às muitas alterações. A coordenadora da
88 CTSHQA ressalta que a ANA ainda não teve acesso ao documento da FEAM, pois irá passar pelo
89 crivo do Secretário. A ANA procedeu análise dos critérios com base em diversos documentos.
90 Aparentemente o per capita será escolhido, sendo impossível agradar a todos. Em seguida, a tabela
91 da FEAM foi apresentada, na qual o recurso leva em conta apenas o esgotamento sanitário. Todavia,
92 o recurso é para saneamento ambiental, incluindo resíduos sólidos, o qual possuirá outro índice. A
93 representante dos municípios de MG destaca que somente dez por cento destinado para resíduos é
94 muito baixo, pois o pactuado atualmente é de noventa por cento somente para o esgoto. Assim, faz-
95 se necessário repensar os critérios de forma mais ampla. A presidente reitera que a compensação
96 deve ser para todos municípios, sendo importante priorizar ações integradas para saneamento. Cita
97 como exemplo os aterros sanitários que poderão atender três municípios em conjunto. A análise
98 individual é insuficiente. Questão de ordem proposta: a tabela desvirtua a discussão do CIF, pois o
99 debate sobre os critérios não está na pauta de hoje pela manhã e também devem passar primeiro
100 pela CT e depois ser encaminhado ao CIF. A Presidente afirma que os prefeitos terão que responder
101 caso apliquem mal o recurso. A fundação não irá gerir, apenas repassar, pois a compensação
102 prevista no TTAC é apenas pagar o dinheiro. A Fundação não fará fiscalização. Aparentemente, não
103 é atribuição da Fundação. Dúvida jurídica se é possível impor temáticas de trabalho sobre controle

Handwritten signature

104 para a Fundação, pois é repasse do privado para o público. Após debate amplo, decide-se que os
105 critérios não serão votados nessa reunião. Os critérios e regras devem ser elaborados com tempo e
106 qualidade, para que seja um repasse eficiente para o saneamento. A primeira parcela só será liberada
107 no dia trinta de junho. Até lá, poderá se deliberar a respeito. A própria questão de qual o percentual
108 será para esgoto e lixo poderá ser revista e alterada. O esgotamento dificilmente conseguirá um
109 projeto comum, pela distância entre os municípios da região. Mas para resíduos é possível. Não é
110 mero repasse de recursos. Seria melhor para a fundação simplesmente pagar a compensação, mas
111 não para a coletividade. Encaminhamentos: os critérios não serão deliberados amanhã, apenas o
112 cronograma e a revogação da Deliberação 21. Decidiu-se pelo repasse dos novos arquivos para a
113 ANA analisar junto à CT, até fevereiro, com maiores informações relativas ao critério IESM com
114 coeficiente do fundo de participação municipal. Ocorrerá reunião pública de apresentação com os
115 novos Prefeitos eleitos, recomendando-se que a oitiva dos Municípios deve ser posterior à análise
116 da CT. A proposta técnica preliminar é necessária, caso contrário os critérios serão políticos para os
117 Prefeitos que querem receber o dinheiro. A partir dessa análise, será apresentada proposta para o
118 Fórum dos Prefeitos. Os chamamentos anteriores serão anulados, juntamente com a revogação da
119 Deliberação 21. Contudo, o pessoal que enviou projetos não deve ser ignorado. Quem apresentou,
120 deverá apresentar novamente os projetos, pois o valor era de cinquenta milhões e passou a ser
121 duzentos e cinquenta milhões de reais. Os selecionados e demais inscritos serão comunicados que
122 será realizado novo chamamento. Possibilidade de suspensão dos efeitos da Deliberação 21 até a
123 deliberação de novos critérios. Essa alternativa é considerada melhor do que a de revogar algo
124 recém-votado. Restou decidido que a reanálise dos critérios em nova Deliberação revogará a
125 Deliberação 21. Em seguida, passou-se a tratar do próximo item da pauta: CT de Organização
126 social. A coordenadora da CT apresenta a NT de Critérios para Validação do Cadastro. Informe
127 sobre reunião da CT na semana anterior, que versou sobre o Programa de Proteção Social, por
128 enquanto focado em Mariana e Barra Longa, com ampliação e contratação de consultoria previstas,
129 e com duração de trinta e seis meses. Destaca-se que oitenta por cento do público é oriundo do
130 cadastro único. Com relação aos dois mil e novecentos casos de inelegíveis, a Fundação já
131 apresentou mil e seiscentos casos revistos, com previsão de término da análise em breve. Pela
132 primeira análise da Fundação, cerca de dez por cento das pessoas já foram admitidas no Programa
133 de auxílio financeiro emergencial. A CT discutirá caso a caso dos inelegíveis com a Fundação.
134 Considera-se que a Fundação cumpriu o requerido pela NT, com apresentação prevista na pauta de
135 amanhã. O objeto da deliberação do CIF serão os critérios de validação do cadastro e a validação
136 dos lotes 001 e 002. Conforme a NT 009/2016, o Cadastro deverá ser enviado mensalmente e não
137 mais trimestralmente. O Lote 001 contabiliza trinta e seis famílias e já foi enviado. O Lote 002
138 contabiliza um total de trezentas e trinta e duas famílias. Ambos os lotes estão em análise e serão
139 expostos amanhã, mas para isso faz-se necessária a aprovação do CIF quanto aos critérios. A análise
140 qualitativa pela CT é impossível, pois seria refazer as entrevistas todas as famílias. Por isso, quem
141 fará esse serviço será a auditoria independente contratada. Trabalho extremamente extenso, com
142 centenas de colunas sobre milhares de pessoas. Proposta apresenta sete critérios sugeridos para
143 análise do cadastro, com consistência de dados previamente, para que seja votado amanhã. Dessa
144 maneira, os sete critérios são expostos um a um, em sequência. Também existe a possibilidade de
145 cadastramento posterior dos impactados que deveriam ser incluídos, mas não foram registrados.
146 Isso será por meio de outro programa para ser discutido no CIF e em todos os outros setores da
147 assistência social. Por outro lado, existem os cadastrados que não foram contemplados. Injustiças
148 poderão ocorrer e, por isso, estão sendo reanalisados os dois mil e novecentos casos de inelegíveis,
149 ainda em discussão como será feito no caso dos erros. O PIN irá começar e, através deste, essas
150 pessoas terão auxílio jurídico pelas defensorias públicas, caso mereçam o auxílio e não sejam
151 contempladas. O registro não cessa no dia 31 de março. O prazo foi dado pelo lote de demandas
152 entregues até dia 31 de outubro. As demais poderão ainda requerer e serão analisadas, mas a maioria
153 dos casos foi entregue. Os casos de dúvida da situação da família serão encaminhados para a DPU.
154 Outra possibilidade é contar com o auxílio dos Estados e Municípios. Os dez casos com problemas,
155 com bases nos critérios, serão excluídos e a Fundação será notificada para tomar providências. Em

156 seguida, o representante do CBH-Doce faz breve relato, para a CT verificar que a forma de cadastro
157 em Regência/ES foi desqualificada, de forma amadora. O cadastramento, por sua vez, foi realizado
158 em escola de forma organizada, segundo a coordenadora da CT, que foi pessoalmente ao local. Às
159 doze horas e trinta minutos a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às quatorze horas
160 e trinta minutos. O próximo item da pauta é a apresentação da CTBio, feita pelo coordenador da CT,
161 referente ao acompanhamento das cláusulas do TTAC. Primeiramente, com relação à cláusula 164,
162 acredita-se que até o dia dezessete desse mês seja possível analisar e apresentar resposta sobre
163 extensão de prazo requerida pela Fundação, tendo em vista que o Cronograma já se esgotou, não
164 havendo mais possibilidade de a Fundação cumpri-lo. Após análise do novo cronograma
165 apresentado pela Fundação, a CT o apresentará ao CIF. O Procurador do IBAMA irá verificar se a
166 alteração do cronograma acarretará em multas previstas no TTAC. A cláusula 165, que dispõe sobre
167 o monitoramento, já está em andamento, envolvendo a UFES e outras universidades, conforme
168 arranjo recomendado. A cláusula 167, relativa à construção do CETAS, foi aprovado PT IBAMA na
169 CT, que aponta a construção do CETAS em Nova Lima/MG e Serra/ES. Encaminhada proposta de
170 alteração da cláusula, pois estabelece que o CETAS deve ser feito na área ambiental 2, onde ficam
171 os 40 municípios, mas nenhum desses dois Municípios se encontram ali. Existe a cláusula de
172 revisão, mas necessita que todos assinantes do TTAC concordem. Diante da impossibilidade de
173 alteração desta cláusula, a Presidente propõe o encaminhamento de volta para a CT, para que se
174 justifique a alteração da cláusula ou então que se decida pela alteração do local para construção do
175 CETAS. A alteração pode ser inserida na decisão de homologação em juízo, pois consiste em
176 simplesmente suprimir a frase "na área ambiental 2". Assim, a CT verificará se poderá mudar os
177 Municípios para a construção do CETAS. Cláusula 181, a CT apontará as diretrizes dos estudos
178 para a Fundação, após aprovação do CIF. Com relação à cláusula 182, a CT aguardará até o dia
179 cinco de janeiro do próximo ano, para que a Fundação apresente estimativa de custo da recuperação
180 das UC's atingidas, a qual será apresentada ao CIF na próxima reunião. Por fim, refere-se ao apoio à
181 criação da UC. Os estudos estão sendo finalizados, com previsão de que no primeiro semestre de
182 2017 serão realizadas audiência pública para a criação dessa APA. Após isso, o tema será tratado no
183 âmbito do Instituto e do Ministério. A previsão é de que a APA será próxima à Regência/ES,
184 podendo ser APA propriamente dita ou uma RVS, Federal ou Estadual, conforme definido pelos
185 estudos em andamento. O próximo item da pauta é apresentado pela Defensoria Pública Estadual e
186 da União no Espírito Santo, por videoconferência, referente ao auxílio emergencial financeiro. O
187 Defensor Público explicou e tirou dúvidas a respeito do tema, para a deliberação que será realizada
188 amanhã. Também tece esclarecimentos sobre a proibição judicial da pesca, tendo em vista que com
189 o final do período de defeso, proibiu-se a pesca pelo risco ambiental da preservação do camarão,
190 assim como pelo risco de contaminação, invocado pelo princípio da precaução. Ressalta que são
191 objetivos distintos do TTAC, por se tratar de ação judicial fora do TTAC. Destaca que houve pedido
192 da Defensoria com base na cláusula 20, e posterior resistência da Fundação em estudar os impactos
193 indiretos à população, explanando sobre a diferença entre as áreas impactadas e as populações
194 impactadas. Ademais, alega descumprimento injustificado do TTAC por não realizar os estudos de
195 impacto social, relativo à proibição da pesca e em zonas além daquela proibida que também foram
196 impactadas. As questões relativas às comunidades tradicionais, ribeirinhos e quilombolas, por
197 exemplo, não estão sendo contempladas no TTAC. Assim, requer estudos em áreas que vão além da
198 zona de proibição da pesca, mas que são impactadas conforme estudos do Ibama e ICMBio. A
199 leitura da Fundação é restritiva e não leva em conta outras áreas previstas no próprio TTAC, como
200 estuarina, marinha e zona costeira, por ser mais difícil de se demarcar precisamente regiões no mar.
201 Destarte, o Defensor solicita que o CIF cobre da Fundação essa ampliação para todos os impactados
202 com relação a pesca. A DPU irá apresentar minuta de deliberação para o CIF, após passar pela CT.
203 Argumenta-se que toda a parte norte da foz do Rio Doce foi desconsiderada. Em número preliminar,
204 cerca de cinco mil pessoas foram atingidas, em seis comunidades de São Mateus, Aracruz e
205 Linhares/ES, as quais não foram objeto de estudo pela Fundação Renova. Verifica-se a
206 possibilidade de sugerir estudos dos danos a essas comunidades, sem passar pela CT, devido à
207 urgência, em texto simples sem vinculação para poder ser deliberado. Sugere-se que seja criado

208 Grupo de Trabalho intercâmara, entre a CT Biodiversidade e CT Organização Social. Pelo fato de
209 toda a cadeia da pesca ter sido impactada, e não somente os pescadores, solicita-se exceção para o
210 rito do CIF e não encaminhar a demanda para análise da CT, indo direto para a deliberação com NT
211 de despacho, visto que o prazo para entrega dos estudos seria de cento e vinte dias e as
212 comunidades teriam que fazer cadastro para saber quais pessoas foram impactadas na renda,
213 ressaltando que os estudos ambientais se delongam no tempo. Após debate, abre-se a exceção
214 requerida e cria-se o seguinte **encaminhamento: NT conjunta entre as Câmaras Técnicas,**
215 **CTBio e CTOS, com posicionamento sobre quais comunidades estão com certeza incluídas na**
216 **aérea afetada ambientalmente pela proibição da pesca,** incluindo toda a cadeia de apoio à pesca.
217 A decisão definitiva será somente em janeiro. O prazo para estudos será de noventa dias
218 Agradecimentos à participação da Defensoria. Em seguida, o tema do saneamento volta à tona,
219 principalmente relativamente ao dinheiro a ser recebido. O novo acordo entre os Municípios quanto
220 aos critérios poderá ser entregue à CT SHQA até o final dessa semana. Formalizar pedido a ser
221 ponderado. Garantia de saneamento, não repasse de recursos. O tema da formação da Pauta também
222 é discutido. A Presidente reafirma que as NT's provenientes das CT's têm prioridade absoluta na
223 formação da pauta, inclusive de uma reunião do CIF para outra. O próximo item da pauta é
224 abordado pela CT Economia e Inovação. Relato da 4ª reunião da CTEI, onde foi definido o
225 calendário de reuniões para os Programas com a Renova, buscando prazos para cada um dos
226 programas e cronograma de atividades. Ressalta-se o alinhamento com a FAPES e a FAPEMIG,
227 com a presença de professores e diretores para pauta de inovação do TTAC, com inclusão da
228 FAPES e SEDECTES na CTEI. Destaca que se iniciou a discussão da matriz de ressarcimento de
229 gastos dos Municípios, com estabelecimento sobre quais os critérios e procedimentos a serem
230 adotados. As propostas iniciais serão enviadas a todos, para que respondam com contribuições para
231 a formação de planilha conjunta. Foi apresentado o calendário das próximas reuniões marcadas para
232 todos os Programas, citando os exemplos por cláusulas do TTAC. Foram escolhidos o canal de
233 comunicação e ponto focal por tema. Organização do conjunto de gastos a serem ressarcidos, com a
234 novidade sobre a institucionalização da articulação da Renova com a Sapes. Intenção de abrir
235 debate sobre ressarcimentos. Inicialmente, haverá coleta de informações com os Municípios e, em
236 seguida, serão coletadas com os Estados e com a União. Proposta para antecipar ressarcimento ao
237 final de cada exercício. Proposta para recrutamento de pessoal técnico para atender as demandas,
238 principalmente em conjunto para diminuir despesas, já que a verba é proveniente de fonte única.
239 Houve pedido de que a Renova custeie todas as despesas de passagens e hotéis para os membros do
240 CIF. Entretanto, para atendimento desse pedido seria necessário um ajuste inviável no TTAC.
241 Proposta de que a indenização e o ressarcimento sejam pagos simultaneamente, se possível.
242 Tentativa da CT é padronizar os pedidos. Próximo item da pauta conduzido pela CT Reconstrução e
243 Recuperação de Infraestruturas. Através da NT da CT Infra, a proposta de indicadores para
244 acompanhamento e validação final do Programa é apresentada. Atualizações sobre o Programa entre
245 Fundão e Candonga, cujo escopo apresentado pela Fundação é considerado adequado pela CT. A
246 validação do Programa será feito mediante Procedimento de Avaliação Independente (PAI) pela
247 Auditoria da Ernst & Young. Por ser um desdobramento do POP, entende-se que o PAI também
248 deve ser aprovado no CIF, assim como o POP foi anteriormente. CT já realizou seis reuniões,
249 inclusive nos locais impactados, e a Renova vem cumprindo os prazos. CT realizou ajustes sobre
250 casos omissos, como a possibilidade de acrescentar itens por danos decorrentes da recuperação,
251 como trincas nas estruturas das vizinhanças das obras. Apresentou quais serão os indicadores de
252 desempenho (eficiência e eficácia) e os indicadores de resultados (efetividade e utilidade pública).
253 Ernst & Young irá verificar tais indicadores, exceto a eficiência. Ressalta que a obra somente será
254 considerada concluída se houver o aceite assinado pelo proprietário e/ou pelo responsável ao
255 término das obras entregues, com acompanhamento bimestral. Antes do aceite, a auditoria Ernst &
256 Young irá vistoriar a obra concluída, para evitar maiores atritos. Dentre os critérios para
257 encerramento do Programa, estão o atendimento integral da recuperação de infraestruturas, e o
258 aceite do proprietário, tanto para processos quanto para projetos, a comparação da situação atual
259 com a situação anterior, assim como a observância da legislação municipal vigente. Trata-se de

260 Programa pioneiro, com obras palpáveis, deve servir de modelo para os próximos programas da
261 outras CTs, que são mais complexos. Também deve terminar primeiro e ser exemplo para os
262 demais. Questionamentos feitos com relação ao aceite do CIF nos casos de recusa do
263 proprietário/responsável, mas com o aceite do técnico da Ernst & Young. Atentar para se evitar
264 buscar atribuições que não são do CIF. Analisar se tem fundamento a recusa do Prefeito. O CIF irá
265 se pronunciar nesses casos, mas sem a atribuição de aprovar obras que não foram aprovadas
266 tecnicamente. Questionamentos relativos à reorganização e assentamento dos desalojados. Afirma-
267 se que está tudo dentro do cronograma, com problemas pontuais, e que Bento Rodrigues/MG está
268 bem adiantado. Baixo Paracatu/MG também não tem maiores problemas, a não ser para aquisição
269 da área de acesso ao distrito. Em Gesteira/MG que o Programa está sendo mais problemático, tendo
270 em vista que se trata da alocação de oito famílias e que o proprietário rural, que estava disposto a
271 vender uma área, resolveu vender outra área que não foi bem aceita pela população e que está sendo
272 alvo de ação de usucapião, o que dificulta a aquisição pela Fundação, que vem tentando negociar,
273 mas que pode inviabilizar a aquisição dessa área. Apesar da problemática em Gesteira/MG, o
274 cronograma está dentro do prazo. Próximo item da Pauta, a CT Saúde traz o relato da 1ª reunião da
275 CT Multidisciplinar na Cidade Administrativa de MG, com representantes de Ministérios e
276 Secretarias. Os Relatórios foram considerados insuficientes pelos presentes. Preocupações são
277 apontadas em carta assinada pelos membros da CT e lida pelo representante da Secir/MG, que
278 demonstra que alguns Programas importantes estão atrasados e/ou parados. Serão registrados em ata
279 e cobradas providências pelo CIF à Renova com relação ao assunto. Assim, o CIF irá oficializar a
280 **Fundação Renova para que encaminhe representantes técnicos para discussão dos relatórios**
281 **junto à CT Saúde.** A proposta de diretrizes será levada à deliberação do CIF na próxima reunião. A
282 próxima reunião da CT Saúde será realizada no dia dez de janeiro, em Belo Horizonte. A Presidente
283 formalizará determinação que na **deliberação da próxima reunião do CIF seja criada a CT de**
284 **Apoio Jurídico**, para que o encargo não fique apenas na PFE junto ao Ibama, recordando o
285 comprometimento das Procuradorias dos dois Estados em atuar junto ao CIF. Esse Grupo de Apoio
286 atenderá diversas demandas do CIF. Acerca do questionamento com relação à água tratada, o
287 assunto deveria ser tratado em conjunto pela CT SHQA e Saúde. A CT Saúde solicitou que os
288 técnicos das Secretarias Estaduais de Saúde também participem da CT. A Presidente afirma que eles
289 devem estar em ambas as CT's. A presidente informou que as reuniões em Brasília serão nas
290 segundas e terças-feiras e, nos Estados, nas quintas e sextas-feiras. A partir daí, a representante da
291 Casa Civil conduziu o restante da reunião. Todos acordam pela continuidade da rotatividade das
292 reuniões. Sendo duas reuniões em Brasília e uma em Minas Gerais e outra no Espírito Santo.
293 Também há acordo quanto a necessidade de reuniões mensais. Em conjunto, o cronograma de
294 reuniões do CIF para 2017 fica ajustado conforme calendário anexo. A reunião se encerra às
295 dezessete horas do dia doze de dezembro de dois mil e dezesseis. Aos treze dias do mês de
296 dezembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, na Casa Civil - Sala 97 - Palácio do Planalto -
297 Brasília/DF, foi retomada a segunda parte da 9ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo
298 sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a
299 Presidente do CIF, reiniciou os trabalhos aprovando o calendário de reuniões para 2017. Assim,
300 **registra-se em Ata a aprovação do Calendário de reuniões do CIF para 2017 (anexo à ata).**
301 Seguindo a pauta do dia com as deliberações encaminhadas pela CT de Organização Social, foi
302 deliberada a validação dos sete critérios e a validação dos lotes. A coordenadora da CT expôs que a
303 validação é a respeito da consistência dos dados, e não sobre a qualidade dos dados, que será feito
304 por auditoria independente posteriormente. A coordenadora fez a leitura dos sete critérios.
305 Secretário Executivo faz a leitura da **Deliberação nº 39, que aprova os critérios do Cadastro**
306 **Integrado, conforme NT 09. Votação. Aprovada.** A segunda deliberação da mesma CT versou
307 apenas sobre a validação do Lote 001, tendo em vista que a validação do Lote 002 será feita
308 posteriormente, por haver mais de cem erros constatados, principalmente pela ausência de endereço
309 comprovado. Esses casos serão analisados novamente em breve. O terceiro lote, por sua vez, será
310 enviado pela Fundação no final de dezembro. Assim, os Lotes 002 e 003 serão validados em
311 janeiro, mas com a permissão prévia do CIF para começar a indenização de ambos, desde que haja

Assim

312 o aval da CT. Votação. Proposta aprovada. **Deliberação nº 40 valida o Lote 001, com 37 famílias.**
313 **Também aprovada por consenso a antecipação da indenização às famílias dos Lotes 002 e 003,**
314 **condicionada à análise e aprovação pela CT de Organização Social.** Ressalva de que o
315 documento anexo, com a lista de pessoas e famílias cadastradas e contempladas, seja referenciado
316 com número próprio. Na sequência, deliberou-se acerca do cronograma da CT SHQA. Deliberação
317 41 suspende os efeitos da Deliberação 21, de 20 de setembro de 2016, até a revisão dos critérios
318 para priorização dos municípios destinatários dos recursos do programa de coleta e tratamento de
319 esgoto e destinação de resíduos sólidos. Ofício será enviado pela CT por delegação do CIF para dar
320 ciência àqueles que formalizaram propostas aos chamamentos públicos. Ademais, o cronograma
321 também deverá ser aprovado. Os itens do cronograma da CT SHQA serão analisados e revistos um
322 a um. Primeiramente, sobre o Workshop informativo para os Prefeitos a ser realizado em janeiro.
323 Explicações sobre o encontro de prefeitos, ressaltando que esse não concorre com o CIF, por não
324 ser deliberativo. Ressalta-se que o diagnóstico do esgotamento está em fase avançada, enquanto o
325 diagnóstico de resíduos sólidos ainda está incompleto, pelo fato de que a CT não recebeu
326 informações de todos os Municípios. A proposta de percentual de noventa por cento da verba ser
327 destinada ao esgotamento e dez por cento ser destinada aos resíduos sólidos ainda não está
328 confirmada, pois seria aplicada apenas para o ano de 2016. A SEMAD apresenta proposta de
329 desenhar uma nova proposta com os dados disponíveis relativos aos resíduos sólidos, para ser
330 apresentado no workshop. A coordenadora da CT informa que enviou mensagem para todos os
331 membros da CT, sobre a possibilidade de trabalhar durante todo o mês de janeiro do próximo ano,
332 incluindo Natal, ano novo e férias, em força tarefa. Ela aguardará resposta e informará o CIF
333 novamente pela tarde. Discussão iniciada sobre o workshop e os novos prefeitos eleitos. Também
334 aponta para a possibilidade de ser criado aterro sanitário regional, com polarização de regiões,
335 integrando consórcios regionalizados. Representante da Secir/MG disponibiliza a Cidade
336 Administrativa para a realização do workshop. O Cronograma é apresentado para que todos possam
337 revisá-lo. Ampla participação e debate. Assim, fica aprovado o cronograma dos trabalhos, com o
338 estabelecimento dos novos critérios para o Programa, conforme anexo da NT. Dessa forma, alterou-
339 se o item 1, relativo à data limite para os Municípios e Estados enviarem sugestões relativas aos
340 critérios para divisão dos recursos, em documento único consensual entre Minas Gerais e Espírito
341 Santo, do dia quinze de dezembro para o dia vinte de dezembro do ano corrente. O prazo para
342 sistematização de esgotamento e destinação de resíduos foi alterado para data até o dia seis de
343 janeiro de 2017. O item 2 do cronograma também restou alterado, com prazo até o dia quinze de
344 janeiro para reunião e mobilização dos Municípios da área ambiental 2, e realização do workshop.
345 O item 3 do cronograma foi retirado. O item 4, sobre a consolidação das sugestões dos Municípios
346 para elaboração da NT da CT SHQA com a simulação de cenários, para deliberação na reunião do
347 CIF de janeiro, será até o dia vinte e nove de janeiro. O envio do Ofício aos Municípios solicitando
348 formalização de interesse em recursos do Programa, com informações e detalhes, relativo ao item 5,
349 passou a ser previsto para o dia cinco de fevereiro, com prazo de sessenta dias para apresentação da
350 NT. O item 6 alterou a data para recebimento dessas manifestações de interesse dos Municípios, até
351 o dia quatro de abril. Pelo item 7, a CT terá prazo de sessenta dias para consolidação da análise, e
352 até o dia dezesseis de junho para elaboração da NT com simulação de cenários para decisão. A
353 coordenadora da CT SHQA solicita que conste em ata que o novo valor dos recursos totaliza o
354 montante de quinhentos milhões de reais, diferente e maior do que constava na Deliberação 21.
355 Também se pergunta sobre o percentual da divisão entre noventa e dez por cento, entre o esgoto e o
356 lixo. O pacto prévio é que todos municípios sejam contemplados, mas que não seja feita obra
357 incompleta. Entretanto a função da CT vai além de cancelar o acordo entre os municípios e os
358 estados. A decisão não é somente política para repasse dos recursos, mas deve levar em conta os
359 critérios técnicos, permitindo a CT propor ajustes ao pactuado. Isso porque a captação e o
360 tratamento do esgoto em regiões a montante do rio impacta positivamente na qualidade da água das
361 cidades a jusante. O próprio acordo de noventa por dez por cento pode ser alterado pela CT, como
362 reitera a presidente. Por fim, há sugestão de mudança do nome do Programa do TTAC nos
363 chamamentos e no workshop, retirando as palavras "hierarquização e priorização" dos Municípios

Assinatura

atingidos, a fim de evitar disputa e buscar maior consenso entre os Prefeitos. Sugestão aprovada. Procedida a retirada das duas palavras em todo o documento. Incluído o montante total de quinhentos milhões de reais no documento. Votação. Aprovada. **Deliberação nº 41 suspende os efeitos da Deliberação 21, até a revisão dos critérios para escolha dos municípios destinatários dos recursos do programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. Cronograma da CT SHQA, anexo, também aprovado.** Em seguida, houve abertura para discussão do tema sobre a forma de controle adequada para aplicação dos recursos pelos municípios, ressaltando que já existe o controle por meio do Tribunal de Contas do Estado. Sugestões apresentadas. Abre-se a palavra para a Fundação Renova. Proposta de busca de apoio para projeto maior com todas as prefeituras e órgãos, para captação de recursos além dos quinhentos milhões de reais e fora do cronograma, com auxílio do BNDES e da Ernst & Young, o que tornaria possível a reparação total dos danos. Apesar dos quinhentos milhões de reais trazerem grandes avanços, principalmente para os Municípios pequenos que poderão tratar todo o esgoto da sede das cidades, esse valor é insuficiente, primordialmente para os grandes municípios. Assim, na reunião do CIF em abril haverá apresentação da Fundação Renova sobre reunião com BNDES para ampliação do projeto de saneamento e sobre o novo modelo de governança. Sugestão da Ernst & Young sobre modelo único de governança para ser utilizado por todos os municípios, junto com pedido para ser convocado para todas as reuniões de todas as câmaras técnicas. **Determinação da Presidente para que seja repassado aviso para todos os Coordenadores de Câmaras Técnicas, para que convidem antecipadamente os representantes da Ernst & Young para suas reuniões.** A discussão passa a versar sobre possível data e local para a próxima reunião de Prefeitos, em consonância com o cronograma aprovado da CT SHQA. Sugestões e consenso. **Reunião com Prefeitos confirmada preferencialmente para o dia doze de janeiro de 2017, em Belo Horizonte (Cidade Administrativa).** Outra deliberação prevista em pauta passa a ser analisada, também encaminhada pela CT Social, refere-se aos inelegíveis. Em atualização por parte da Renova, o representante da Renova mencionou sobre duas reuniões com a CT acerca das justificativas para os casos daqueles que não foram elegíveis ao auxílio emergencial. Da lista com duas mil e novecentas pessoas, dois mil setecentos e quarenta e oito casos já foram analisados até ontem à noite. Duzentos e trinta e dois são elegíveis. Mil quinhentos e vinte e um casos não são elegíveis por diversos motivos. Os demais formam uma "área cinzenta", que ainda serão reanalisados em conjunto, entre Fundação e a CT. Ademais, a CT considerou satisfatórios os trabalhos da Fundação. Todos os dois mil e novecentos casos serão revistos pela CT. Existem motivos para que determinados casos sejam considerados inelegíveis, o que torna o processo de certo modo arbitrário. Duas mil, duzentas e cinquenta pessoas já passaram pela primeira fase do cadastro emergencial para o cadastro definitivo, conforme informações da semana anterior. A coordenadora da CTOS afirma haver um bom diálogo com a Fundação, a qual busca soluções definitivas, e não apenas de caráter emergencial. Registro de reclamação de comunidade pescadora indígena, que está sendo tratada dentro do Programa 03. Em acordo com caciques e com a FUNAI, demonstrou-se ser necessário que a comunidade se identifique como pescador ou como indígena, uma vez que as tratativas são diferenciadas entre os dois grupos. Outra questão levantada em pauta é relativa a Deliberação 35, que trata de noventa e uma pessoas de apoio a pesca. A Fundação afirma ter elaborado cronograma de trabalho para a avaliação desses casos, visto que esta está sendo realizada nome a nome, e terminará até o fim do mês. Apenas quatro casos são elegíveis, por enquanto. Cinquenta e uma pessoas encontram-se na "zona cinzenta". A coordenadora da CTOS concorda em analisar esses casos em conjunto com a Fundação. Os Defensores Públicos, em videoconferência, apresentam cobrança de que não receberam comunicados da Fundação Renova acerca da definição da nova leitura do Termo de Quitação. O representante da Fundação explica que existe um erro com relação ao primeiro parágrafo do Termo de Quitação, pois o dano da água já está quitado, mas o parágrafo abre margem para interpretação de que a quitação é geral, para todos os danos. O Secretário do Espírito Santo defende que a quitação deve ser dada especificamente. Explicação sobre NT 01 com posicionamento das Defensoria Públicas (Grupo Interdefensorial do Rio Doce), aguardando posicionamento da Fundação Renova. O representante da Fundação

416 menciona que esse documento está sendo elaborado, e que longa discussão interna prolongou o
417 prazo, mas que até o final da semana haverá posicionamento firmado quanto à matéria.
418 Representante da Fundação menciona que foram criados escritórios para mediação,
419 voluntariamente. O posicionamento da Fundação é no sentido de que a quitação deve ser para os
420 danos gerais. Relativamente ao âmbito jurídico da discussão sobre os parágrafos do Termo de
421 Quitação, foi requerido que o CIF aguardasse a chegada do representante do jurídico da Renova na
422 reunião. O CIF não irá decidir sobre o termo de quitação, segundo posicionamento da Presidente. A
423 reunião foi suspensa para almoço às doze horas e trinta minutos e retomou as atividades às quatorze
424 horas. O primeiro a abrir o debate, representante jurídico da Fundação Renova, contextualiza o tema
425 referente ao Termo de Quitação, informando que existe Ação Civil Pública ajuizada contra a
426 Fundação, em que se discute as cláusulas abusivas no Termo de Quitação. A decisão liminar foi
427 cassada mediante Agravo no Processo. A competência para o julgamento das ações relativas ao
428 tema é da esfera Federal, segundo o representante, o qual informa que estão reavaliando Termo de
429 Quitação para eliminar ambiguidades, e eventuais desacordos levantados pela Defensoria, sem
430 nenhuma resistência da Fundação para firmar acordos. Os Defensores pedem que seja elaborada
431 proposta dentro de prazo determinado. A Presidente ressalva que o CIF não é órgão competente para
432 analisar o Termo de Quitação, mas atuará como instância de mediação entre a DPU e a Renova. O
433 Procurador da PFE/Ibama esclarece que a proposta deverá ser enviada diretamente à Renova, não
434 sendo necessário seu trâmite pelo CIF. Os Defensores Públicos alegam que ainda não receberam
435 nada por parte da Fundação, sem que haja qualquer consenso até o momento. Também alegam que
436 há descumprimento do dever de reparação indiretamente, pois no Termo existem cláusulas que
437 ofendem diversas leis e postulados, nas quais existem obrigações desproporcionais e exclusivas
438 para os atingidos que o assinam para integrar o cadastro, abrindo mão de seus direitos, inclusive de
439 ingresso no judiciário. Além disso, a Defensoria requer que haja posicionamento do CIF, mesmo
440 que registre apenas que não irá tratar da matéria, para que seja possível o avanço em outras esferas.
441 A representante da Casa Civil, sugere que seja realizado acordo para evitar a judicialização, por se
442 tratar de direitos homogêneos, e que acarreta no enfraquecimento do TTAC. Presidente sugere que
443 seja marcada reunião entre Renova e Defensoria Pública em prazo breve. Representante jurídico da
444 Renova solicita que a reunião seja agendada nos próximos sete dias. **Somente após essa reunião**
445 **para tentativa de acordo entre Renova e DPU, o CIF irá se manifestar a respeito do Termo de**
446 **Quitação, caso esteja interferindo na aplicação do Programa. Na próxima reunião, o Termo de**
447 **Quitação estará em pauta.** O Defensor informa que nos próximos sete dias será inviável, devido
448 às várias reuniões agendadas, curso de formação, e ao recesso de fim de ano. Assim, essa reunião
449 será realizada em janeiro e, na reunião do CIF de janeiro, o tema será discutido novamente. Em
450 seguida, passa-se à deliberação sobre a NT 02, relativa à ampliação das áreas costeiras. O Defensor
451 Público refaz breve relato sobre o tema e acerca da necessidade de reavaliação do impacto
452 socioambiental em espectro maior do que o reconhecido pela Fundação. A Renova afirma que as
453 primeiras ações e estudos foram emergenciais, mas que esses não impedem que novos estudos
454 sejam realizados, acreditando que existe a oportunidade de estudar mais o assunto e voltar a discuti-
455 lo. Considera o número de cinco mil atingidos como sendo muito elevado. A coordenadora da
456 CTOS diz que já existem estudos do ICMBio, e que a CTBio constatou contaminação dos peixes e
457 que por essa razão as pessoas estão proibidas de pescar. Diante disso, não é primordial realizar novo
458 estudo socioeconômico para verificar que a população que depende do pescado foi impactada, ante
459 o risco de demora. Através do cadastro se verificaria o real impacto. Concorde-se que cinco mil
460 pessoas é um número muito alto para a região, mas o próprio Programa prevê possibilidade de
461 expansão nos casos marítimos. A CTSHQA e a CTBio irão analisar em conjunto, no âmbito
462 ambiental, quais comunidades estão dentro da área costeira considerada tecnicamente afetada e
463 impactada pelo desastre e, posteriormente, será requerido o ingresso dessas pessoas no cadastro.
464 Assim o estudo antropológico não será necessário. As CT's irão trazer análise consolidada na
465 próxima reunião do CIF. A Renova propõe que essas pessoas adentrem no cadastro de imediato, mas
466 que seja aberto novo prazo para recebimento do auxílio. Defensor Público esclarece que ainda hoje
467 existem áreas com hiper-vulnerabilidade e que deveriam ser atendidas emergencialmente. Em

Anex

468 contrapartida, a Renova quer a realização de estudo para verificar qual era o grau de vulnerabilidade
469 anterior ao impacto, para comparação. Já se encaminhando para o final da reunião, a Presidente
470 determina que, com base no calendário do CIF, **as CT's deverão apresentar os respectivos**
471 **cronogramas na próxima reunião do CIF, para aprovação.** O Secretário Executivo ficou
472 incumbido de enviar o cronograma do CIF, via e-mail, para todos os membros do CIF. A Presidente
473 enaltece as reuniões realizadas entre as Câmaras Técnicas e sugere que mais reuniões intercâmaras
474 sejam utilizadas. As propostas de cronogramas/calendários das CT's devem ser encaminhadas até
475 dez dias antes da próxima reunião. Por fim, a coordenadora da CTSHQA informou sobre as
476 respostas dos e-mails dos membros da CT sobre a disponibilidade de trabalhar no recesso. Metade
477 dos membros não estarão disponíveis para força-tarefa em janeiro. A Presidente recorda registro de
478 que em janeiro a turbidez da água irá alcançar altos níveis, sendo extremamente importante a
479 reunião do CIF. O Secretário Executivo lembrou que novos membros do CIF serão indicados
480 pelos gestores municipais eleitos, cujos nomes dos representantes devem ser encaminhados pelos
481 Estados ao CIF antes da reunião marcada para janeiro. A representante da SEMAD, informa que no
482 dia seguinte haverá reunião cuja pauta é a interação hídrica do Rio Doce, com representantes de
483 todas as Câmaras e com a presença da Presidente. Também serão realizadas duas Audiências
484 Públicas, em Ouro Preto/MG e Mariana/MG, áreas de influência do Projeto de mineração objeto da
485 Licença Prévia concedida à Samarco para a retomada do Complexo do Germano, com propostas de
486 alternativas de disposição de rejeitos de beneficiamento de minério, onde serão esperadas três mil
487 pessoas participantes em cada uma das audiências. Na reunião de janeiro do CIF haverá novos
488 informes sobre o tema. A 9ª Reunião Ordinária do CIF se encerra às quinze horas e trinta minutos
489 do dia treze de janeiro de 2016.

